

Notícias Sindicais, 13/06/14

Portal da CUT

Rodoviários do Distrito Federal conquistam reajuste salarial de 20%

11/06/2014

Marcos Júnio, secretário de Comunicação da CUT-DF e dirigente rodoviário, destacou a união da categoria e o empenho do governo em resolver a questão

Escrito por: CNTT com CUT-DF

Os rodoviários do Distrito Federal aprovaram acordo, em assembleia realizada no domingo (8), que garante reajuste salarial de 20% a partir de 1º de maio, aumento de 40% na cesta básica e acréscimo de 20% no tíquete-alimentação.

A decisão afastou a greve que seria deflagrada no transporte coletivo na segunda-feira (9), caso empresários continuassem intransigentes.

Os motoristas que hoje recebem R\$ 1.607 passarão a ganhar R\$ 1.928. Os cobradores também terão os vencimentos aumentados, de R\$ 840 para R\$ 981. Os motoristas de ônibus articulado terão um acréscimo de 10% nos salários.

O presidente do Sindicato dos Rodoviários do Distrito Federal (Sitrater-DF), João Osório, enfatizou que a categoria está de parabéns. "Agradecemos o empenho de todos os envolvidos nesta conquista histórica, marcada por muita especulação em nosso meio. Saber que nosso empenho, a nossa dedicação e o compromisso de cada um, com o seu trabalho, é sem dúvida nenhuma muito gratificante".

Essa conquista também foi uma resposta contundente à oposição, "que sempre nos criticou, e espalhou boatos de que a data-base só seria fechada no ano que vem", disse o diretor de Imprensa do Sindicato, João Dão.

O dirigente Saul Araújo lembrou que o acordo foi fechado sem greve. "Bem diferente do que aconteceu no Maranhão, por exemplo. Os colegas de lá enfrentaram 16 dias de greve para conseguir um reajuste de 7,5% e as tarifas aumentarão cerca de R\$ 0,30. Ruim para os trabalhadores e para os usuários".

O secretário de Comunicação da CUT-DF e dirigente rodoviário, Marcos Júnio Duarte Nouzinho, destacou a união da categoria em torno do Sindicato e o empenho do GDF em resolver a questão. "Os rodoviários apostaram na seriedade dessa diretoria em negociar. Seja com o governo, seja com os empresários. Vale registrar a postura do GDF, que manteve a palavra, reconhecendo as dificuldades dos rodoviários e levando os empresários a fechar o acordo. Assim, a população pode ficar tranquila pois não haverá greve e, o melhor, os empresários não falaram, durante a negociação, em reajuste de tarifas."

Portal da CTB

Metroviários de SP desistem da greve e continuam luta por demitidos

Reunidos em assembleia na noite desta quarta-feira (11), metroviários de São Paulo descartaram a realização de uma nova greve, mas decidiram manter a mobilização em defesa da reintegração dos 42 trabalhadores demitidos.

Com isso, os serviços deverão funcionar normalmente nesta terça-feira (12), dia de abertura da Copa do Mundo. São Paulo sedia a partida inaugural, Brasil e Croácia, às 17h, na Arena Corinthians (Itaquerão), localizada em uma área que tem o metrô como um dos principais meios de transporte.

A nova paralisação estava sendo cogitada como forma de pressionar o governo estadual a cancelar as demissões efetuadas após cinco dias de greve, encerrada na última segunda-feira (9).

De acordo como presidente do Sindicato dos Metroviários, Altino Prazeres, "a categoria viu que, talvez, nesse momento não estivesse tão preparada", afirmou antes de abrir o debate e na sequência a votação. A decisão contrariou a posição inicial da diretoria do sindicato da categoria e de parte dos trabalhadores que estavam na quadra.

Ato de Solidariedade

Antes da assembleia, houve um ato de apoio à categoria, com a participação de centrais sindicais, parlamentares e movimentos sociais.

Em sua intervenção, a deputada Luiza Erundina (PSB) afirmou que pretende apresentar um Projeto de Lei pedindo anistia aos demitidos em razão da greve, forçando as reintegrações.

Wagner Gomes, ex-presidente do Sindicato e secretário-geral da CTB licenciado, lembrou que a luta dos metroviários nunca foi fácil, mas há décadas os trabalhadores enfrentam a intransigência e truculência tucana em São Paulo, em defesa de seus direitos.

No entanto, Gomes lembrou que a categoria ajudou a construir um sindicato forte, que sempre demonstrou seu poder de mobilização, inclusive em greves anteriores. O ex-presidente do Sindicato reforçou que as centrais estarão ao lado dos metroviários nessa luta.

O superintendente Regional do Trabalho em São Paulo, Luiz Antônio de Medeiros, presente no ato, disse que fiscais do Trabalho estão verificando denúncias de ilegalidades trabalhistas no Metrô paulista.

O superintendente também informou ter autuado o Metrô por prática antissindical, por ter demitido os trabalhadores grevistas. "O Metrô desrespeitou as leis brasileiras e internacionais sobre direito de greve. Os fiscais constataram que as demissões se deram por prática sindical e não por supostos atos violentos", afirmou.

Na mira do governo

No período da tarde, metroviários e representantes da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) participaram de uma reunião no Ministério Público do Trabalho (MPT), na capital paulista, que terminou sem acordo sobre as readmissões.

Dos 42 trabalhadores dispensados, 11 são diretores, três são ex-diretores, dois são representantes da Federação Nacional dos Metroviários (Fenametro), incluindo o presidente, Paulo Pasin, e os outros 26 são delegados sindicais.

Para realizar as dispensas, o Metrô utilizou o artigo 482 da CLT, que em um subitem prevê justa causa por "incontinência de conduta ou mau procedimento", e o artigo 262 do Código Penal, que diz respeito a criar impedimentos para o deslocamento das pessoas.

No último domingo, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 2ª Região declarou abusiva a greve por considerar que os metroviários descumpriram liminar que obrigava à prestação de 100% do serviço nos horários de pico e de 70% nos demais. Com isso, o TRT determinou o desconto dos dias parados, não garantiu estabilidade aos grevistas e fixou multa de R\$ 500 mil por dia de manutenção da paralisação, além de aceitar a aplicação de 8,7% de reajuste, proposta final do Metrô.

O Sindicato convocou um protesto para essa terça-feira, contra as demissões, com saída às 10h, da sede na entidade, na zona leste paulistana. Ao longo dos próximos dias será decidido se uma nova assembleia será convocada ou se novos atos serão realizados.

Portal CTB

Portal da CTB

"Tranção" da Unicamp reivindica avanço nas negociações com o governo Alckmin

No 15º dia de greve, os trabalhadores, funcionários, professores e alunos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em Campinas, realizaram na manhã desta quarta-feira (), um protesto com o bloqueio das entradas de acesso à Universidade para reivindicar avanços nas negociações com o governo Geraldo Alckmin.

O bloqueio terminou às 10h e a manifestação seguiu com passeata pelas ruas do distrito de Barão Geraldo até a frente do prédio da reitoria, onde foi realizado um ato público. A comunidade acadêmica está mobilizada contra a decisão do governador Geraldo Alckmin de que as universidades estaduais não concedam nenhum reajuste salarial aos servidores e docentes.

Reivindicações

Os trabalhadores e professores das universidades estaduais paulistas reivindicam 10% de reajuste e carga de trabalho com máximo de 30 horas para quem atua no setor da saúde. Os trabalhadores da Unicamp também reivindicam mais vagas em creches, redução no valor do transporte fretado descontado no salário e vale-alimentação para os aposentados.

Sem acordo As negociações entre o Conselho de Reitores (Cruesp) e o Fórum das Seis, entidade que reúne os sindicatos das duas categorias nas três universidades, não avançam, pois o governador mantém o reajuste zero nos salários, alegando alto nível de comprometimento do orçamento com a folha de pagamento.

Segundo o coordenador do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU), João Raimundo Kiko, a paralisação segue forte nas universidades paulistas, com adesão massiva da categoria.

De Campinas - Flaldemir Sant'Anna

Portal Gestão Sindical

Aeroportos do Rio operam normalmente, apesar de greve dos aeroviários

12/06/2014 por Valor Econômico

RIO - Cerca de 30 aeroviários fecharam parcialmente nesta quinta-feira a Avenida 20 de Janeiro, principal acesso para o Aeroporto Internacional Antonio Carlos Jobim, o Galeão, no Rio de Janeiro.

A manifestação começou por volta das 6h30 e, segundo a Prefeitura, durou até 9h, quando a via foi totalmente liberada. A Infraero informou que o Galeão e o Santos Dumont, principais aeroportos da cidade, operam normalmente.

Segundo o Centro de Operações da Prefeitura do Rio, o trânsito segue lento na região próxima ao Galeão, com retenções até a Linha Vermelha, na altura da Ilha do Fundão.

A manifestação de hoje faz parte da paralisação anunciada ontem pelo Sindicato dos Aeroviários do Município do Rio de Janeiro (Simarj). Os trabalhadores pedem um adicional pelo trabalho extra durante a Copa do Mundo, além de reajuste de 5% acima da inflação medida pelo INPC, entre outras reivindicações.

Ontem, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) afirmou que acompanharia o desenrolar dos acontecimentos e ressaltou que as companhias aéreas têm um plano de contingência para garantir a operação nos aeroportos.

Liminar

Ontem, a Justiça Federal no Rio de Janeiro (8ª Vara de Execução Fiscal) deferiu liminar para que o Sindicato Municipal dos Aeroviários (funcionários e terceirizados de companhias aéreas que trabalham em solo) do Rio de Janeiro e seus associados se abstenham de promover manifestação que prejudique o funcionamento do sistema de aviação civil. A liminar também impede que sejam ocupados o interior os aeroportos do Rio e de seu entorno.

A multa por descumprimento da decisão judicial será de R\$ 500 mil por hora de indevida ocupação e prejuízo ao sistema de aviação civil. A liminar foi deferida após proposição de Ação de Interdito Proibitório proposta pela Agência Nacional de Aviação Civil contra o sindicato da categoria.

Portal da UGT

Copa traz ganhos econômicos, legais e de organização aos peões, diz Dieese

11/06/2014

As obras da Copa do Mundo beneficiam os trabalhadores na construção civil. É o que aponta o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, baseado em levantamento das mobilizações e conquistas dos trabalhadores que atuaram na construção e reforma dos estádios.

O estudo, a pedido da ICM - Federação Internacional de Trabalhadores na Construção e Madeira - avalia os resultados da Campanha Trabalho Decente, antes, durante e depois da Copa 2014, iniciada em 2011. A

Campanha aglutinou diversos Sindicatos no País, fazendo reuniões com governos, visitas a estádios ou assembleias nos locais de trabalho, o que contribuiu para acordo nacional tripartite, que prevê melhoria das condições de trabalho, segurança e de vida aos trabalhadores.

Segundo o representante da ICM na América Latina e Caribe, Nilton Freitas, a luta conjunta dos Sindicatos foi decisiva para que os trabalhadores alcançassem vitórias e melhorias.

Ganhos - "Houve ganhos reais de salário nas 12 cidades-sedes. Acima da média dos ganhos de todas as categorias e superiores à média do próprio setor da construção", afirma o coordenador de relações sindicais do Dieese, Silvestre Prado.

Os ganhos reais nos salários, acima da inflação, variaram entre 0,78% a 7,35%. Em 2012, a média foi 4,10%, a melhor do período analisado. Houve outros ganhos, como adicionais de hora extra e adicional noturno, com percentuais acima dos previstos em lei, e ganhos na organização por local de trabalho, com a formação de comissões para negociar com as empresas.

Greves - O estudo detecta pelo menos uma greve em todas as obras dos estádios. Entre 2011 e 2014, ocorreram 26 paralisações, a maioria nos dois primeiros anos. Foram 1.197 horas paradas. Convertidas em jornadas de oito horas, indicam que quase 150 dias deixaram de ser trabalhados.

Acidentes - Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de São Paulo, Antonio de Sousa Ramalho, em diversas entrevistas à Agência Sindical, as mobilizações nas obras ocorreram também contra os acidentes, abuso de terceirizações, excesso de horas extras e jornadas extenuantes.

Monitor Mercantil, 12/06/14

FMI alerta para uma nova bolha imobiliária

Fundo cita Brasil, China e Filipinas entre países com preços especulativos

O Fundo Monetário Internacional (FMI) apelou para que os países adotem medidas urgentes para evitar nova crise imobiliária. E alertou que preços estão acima da média histórica em países, sobretudo em emergentes como as Filipinas, a China e o Brasil.

“As ferramentas para conter os preços da habitação ainda estão sendo desenvolvidas, mas isso não é desculpa para a inércia. Os preços das casas em muito países continuam muito acima da média histórica”, advertiu o diretor-adjunto do FMI, Min Zhu.

O alerta foi feito por ele, em discurso, semana passada, em reunião do Bundesbank (o Banco Central alemão), mas somente publicado, nesta quinta-feira, no portal do FMI na internet.

Segundo o fundo, o aumento do preço das casas a partir de níveis já elevados representa uma das principais ameaças à estabilidade da economia global.

“A habitação é um setor essencial da economia, contudo, também é uma fonte de vulnerabilidades e crises. Portanto, ainda que a recente recuperação dos mercados imobiliários seja um bom passo, devemos permanecer atentos para evitar um novo boom insustentável”, acrescentou Zhu, no discurso reproduzido na página do FMI.

De acordo com informações do FMI, o preço das habitações tem crescido mais rapidamente em países emergentes. O organismo cita, por exemplo, Filipinas, no qual os aumentos chegam a 10% em relação ao ano anterior, China (9%) e Brasil (7%).

Com o estouro da crise global, no fim de 2008, os bancos centrais reduziram os juros para taxas próximas de zero ou até negativas (abaixo da inflação). Simultaneamente liberaram recursos bilionários para evitar a quebra dos bancos que, no entanto, em vez de irrigar a economia, passaram a aplicar em ativos, como imóveis, inflando os preços das casas para níveis considerados pelo FMI como um risco significativo para economias distintas como as de Hong Kong ou de Israel.

Página 3

Organizado por Ernesto Germano